

FOCO NO PLANALTO

Notas sobre a semana de 31 de dezembro a 4 de janeiro, em Brasília.

É DADA A LARGADA.

Tudo certo para a posse presidencial. Nesse domingo (30) ocorreu o último ensaio para a cerimônia de posse do presidente eleito, Jair Bolsonaro, e do vice, Hamilton Mourão, que está marcada para começar às 14h45 desta terça, 1º de janeiro. A expectativa é que 250 a 500 mil pessoas compareçam ao evento, que terá o maior esquema de segurança já montado para eventos desse tipo.

Também é esperada a presença de 12 chefes de Estado. Entre eles, destacam-se os líderes de direita, Benjamin Netanyahu, primeiro ministro de Israel, e Viktor Orbán, primeiro-ministro da Hungria. Entretanto, autoridades latino-americanas são a maioria entre os que confirmaram presença na posse, incluindo os líderes de esquerda Evo Morales, da Bolívia, e Tabaré Vázquez, do Uruguai.

Na quarta (2), é a vez dos ministros tomarem posse. As transmissões de cargos irão ocorrer durante todo o dia, mas começarão pelos novos ministros da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, do Gabinete de Segurança Institucional, General Augusto Heleno, da Secretaria de Governo, General Santos Cruz, e da Secretaria-Geral da Presidência, Gustavo Bebianno, às 9h. Já Paulo

Guedes será empossado como ministro da Economia às 15h, recebendo as funções dos atuais ministros da Fazenda, Planejamento e Indústria, Comércio Exterior e Serviços.

MPV sobre a nova estrutura ministerial será o primeiro desafio do Governo Bolsonaro. Para reorganizar a esplanada, o presidente eleito terá que editar uma Medida Provisória (MPV) redefinindo o número de ministérios e suas funções. A medida precisa ser aprovada no Congresso Nacional, onde deverá enfrentar resistência da oposição, que pode chegar a 157 deputados.

Definição de políticas prioritárias e revisão dos últimos atos de Temer estão entre as primeiras ações da nova gestão. Segundo documento entregue à equipe ministerial, na última quinta (27), nos primeiros 10 dias do governo cada ministro deverá elencar as políticas prioritárias dentro de sua área de atuação para que sejam implementadas ou enviadas ao Congresso nos 100 dias iniciais de governo. Bolsonaro orientou ainda que os novos ministros revisem os atos normativos legais ou infralegais publicados nos últimos 60 dias do governo Temer, para avaliação de aderência aos compromissos da nova gestão.

Destaques da Semana

Terça

- [Posse de Bolsonaro](#) contará com esquema de segurança.

Quarta

- [Novos ministros](#) assumem cargo ao longo do dia.

Poder Executivo

Presidência da República

Agenda do Presidente – Amanhã (1º), o presidente eleito **Jair Bolsonaro** tomará posse, em conjunto com o seu vice, o general de reserva **Antônio Hamilton Mourão**, em cerimônia prevista para se iniciar às 14h.

Casa Civil	Agenda do ministro – Na terça, dia 2, às 9 horas, será realizada a transmissão de cargo ao novo Ministro de Estado Onyx Lorenzoni . Na mesma cerimônia, será feita a transmissão de cargo do Gabinete de Segurança Institucional, para o General Augusto Heleno , da Secretaria de Governo, para o General Santos Cruz , e da Secretaria-Geral da Presidência, a Gustavo Bebianno .
MJ Ministério da Justiça	Agenda do ministro – Na terça, dia 2, às 9 horas, será realizada a transmissão de cargo ao novo Ministro de Estado Sérgio Moro no auditório do respectivo ministério.
MCAC Ministério da Cidadania e Ação Social	Agenda do ministro – Na terça, dia 2, às 15 horas, será realizada a transmissão de cargo ao novo Ministro de Estado Osmar Terra no auditório do respectivo ministério.
MTUR Ministério do Turismo	Agenda do ministro – Na terça, dia 2, às 16 horas, será realizada a transmissão de cargo ao novo Ministro de Estado Marcelo Álvaro Antônio no auditório do respectivo ministério.
MEC Ministério da Educação	Agenda do ministro – Na terça, dia 2, às 16 horas, será realizada a transmissão de cargo ao novo Ministro de Estado Ricardo Vélez Rodríguez no auditório do respectivo ministério.
MD Ministério da Defesa	Agenda do ministro – Na terça, dia 2, às 15 horas, será realizada a transmissão de cargo ao novo Ministro de Estado General Fernando Azevedo no auditório do respectivo ministério.
ME Ministério da Economia	Agenda do ministro – Na terça, dia 2, às 15 horas, será realizada a transmissão de cargo ao novo Ministro de Estado Paulo Guedes no auditório do respectivo ministério.
MI Ministério da Infraestrutura	Agenda do ministro – Na terça, dia 2, às 16 horas, será realizada a transmissão de cargo ao novo Ministro de Estado Tarcísio Gomes de Freitas no auditório do respectivo ministério.
MME Ministério de Minas e Energia	Agenda do ministro – Na terça, dia 2, às 9 horas, será realizada a transmissão de cargo ao novo Ministro de Estado Almirante Bento Costa e Lima no auditório do respectivo ministério.
MRE Ministério das Relações Exteriores	Agenda do ministro – Na terça, dia 2, às 18 horas, será realizada a transmissão de cargo ao novo Ministro de Estado Ernesto Araújo no auditório do respectivo ministério.

MS

Ministério da Saúde

Agenda do ministro – Na terça, dia 2, às 15 horas, será realizada a transmissão de cargo ao novo Ministro de Estado **Luiz Mandetta** no auditório do respectivo ministério.

Política

Temer desiste de assinar indulto de Natal de 2018. Às vésperas de encerrar seu mandato, o presidente Michel Temer informou a auxiliares ter desistido de assinar o indulto de Natal de 2018. Após idas e vindas sobre a decisão, Temer julgou melhor não tomar nenhuma iniciativa diante do fato de o Supremo Tribunal Federal (STF) não ter o concluído o julgamento da suspensão do indulto de 2017. A suspensão ocorreu após pedidos de vista dos ministros Dias Toffoli e Luiz Fux, com um placar de 6 a 2 a favor da validade do decreto de indulto natalino editado pelo presidente Michel Temer no ano passado. Com o adiamento, continua valendo a liminar proferida pelo relator, ministro Luís Roberto Barroso, que suspendeu parte do texto do decreto. Esta será a primeira vez em 30 anos que a Presidência da República não emitirá um decreto em favor de apenados por crimes não violentos que já cumpriram parte da pena. Fonte: Agência Brasil.

Temer deve responder a pelo menos 7 investigações ao deixar o Planalto. O presidente Michel Temer (MDB) encerrará o mandato respondendo a pelo menos 7 investigações na 1ª Instância, já que ele deverá perder o foro privilegiado ao deixar o Planalto. A partir das investigações acerca do Decreto dos Portos, a PGR (Procuradoria Geral da República) apresentou uma nova denúncia contra o presidente, por encontrar indícios de 5 outros crimes que envolvem seu nome. Assim, ao deixar o cargo, Temer deve enfrentar investigações em fase avançada e 5 novos inquéritos, na 1ª Instância da Justiça. As novas suspeitas não integraram a denúncia por se referirem a fatos anteriores ao seu mandato presidencial, que teve início em 2016. Portanto, cabe aos procuradores que atuam na 1ª Instância analisar cada uma delas, para oferecer novas denúncias. O pedido da PGR foi encaminhado ao ministro Roberto Barroso, do STF (Supremo Tribunal Federal). Fonte: Poder 360.

No último dia de mandato, Temer nomeia Marun no conselho de Itaipu. No seu último dia de mandato, o presidente Michel Temer exonerou Carlos Marun do cargo de ministro-chefe da Secretaria de Governo e o nomeou para exercer a função de conselheiro da Itaipu Binacional, com mandato até 16 de maio de 2020. A mudança de Marun para a Itaipu está publicada no Diário Oficial da União (DOU) desta segunda-feira. O documento traz ainda a exoneração de Frederico Matos de Oliveira da função de conselheiro da Itaipu, "em virtude de renúncia", e do diplomata Marcos Bezerra Abbott Galvão da função de representante do Ministério das Relações Exteriores (MRE) junto à empresa. O Conselho de Administração da empresa é constituído por 14 membros, sete do Brasil e sete do Paraguai. O Tratado de Itaipu estabelece que "a qualquer momento, os governos poderão substituir os conselheiros que houverem nomeado". Fonte: O Estado de S. Paulo.

Procuradoria em Brasília convoca Palocci para delatar fundos de pensão. A Procuradoria da República no Distrito Federal quer ouvir o ex-ministro Antonio Palocci (Governos Lula e Dilma/Fazenda e Casa Civil), delator da Operação Lava Jato, sobre 'irregularidades nos fundos de pensão estatais'. A força-tarefa da Operação Greenfield pediu autorização ao juiz Danilo Pereira Júnior, da 12ª Vara Federal de Curitiba – Execução Penal – para que Palocci se desloque a Brasília nos dias 7, 8 e 9 de janeiro. A investigação da Greenfield mira ilícitos contra fundos de pensão – principalmente Funcef, Petros e Previ –, o FGTS e fraudes e desvios na Caixa. A força-tarefa iniciou sua apuração em 2016, com a elaboração de um plano de investigação no começo daquele ano e a execução da operação em setembro. Em agosto de 2018, os procuradores informaram, em relatório à Procuradoria-Geral da República, que os potenciais prejuízos dos casos alvo da operação chegam a R\$ 54 bilhões. A Procuradoria relata 'a existência de tratativa de se firmar um acordo de colaboração premiada' com o ex-ministro. Fonte: O Estado de S. Paulo.

Ações contra nomeação são 'aventuras jurídicas', reage Ricardo Salles. Indignado com ações populares que o questionam e querem barrar sua indicação para o cargo de ministro do Meio Ambiente do governo Bolsonaro, o advogado Ricardo Salles disse nesta sexta-feira, 28, que é alvo de 'aventuras jurídicas'. Condenado por improbidade administrativa pela 3ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo por supostamente favorecer empresas de mineração quando ainda era secretário de Meio Ambiente de Geraldo Alckmin (PSDB), Salles é alvo de uma ação popular movida pelo advogado Ricardo Nacle e outras duas apresentadas pelo empresário Gustavo Oliveira de Achilles e o engenheiro Luiz Eduardo Auricchio Bottura. As ações miram barrar a nomeação de Salles ao ministério devido à condenação, que determinou a suspensão de seus direitos políticos por três anos. "Até onde eu sei, as ações foram indeferidas. Claramente são aventuras jurídicas", afirmou Salles. As três ações populares ainda não foram julgadas no mérito. "Em relação ao Eduardo Bottura, é o maior litigante profissional do Brasil cuja credibilidade é zero". Fonte: O Estado de S. Paulo.

Defesa de ex-assessor de Flávio Bolsonaro quer novos dados do Coaf. A defesa de Fabrício Queiroz vai pedir ao Ministério Público acesso a novos relatórios que teriam sido produzidos pelo Coaf, detalhando movimentações financeiras do ex-assessor do deputado estadual e senador eleito Flávio Bolsonaro na Alerj. Queiroz ainda não conversou de forma detalhada sobre a entrada e saída de dinheiro na sua conta, consideradas atípicas, nem mesmo com seu advogado, Paulo Klein. Depois de quatro cancelamentos, ele só deverá prestar depoimentos ao MP após se submeter a uma cirurgia e ser liberado pelos médicos. Em entrevista ao SBT Brasil, Queiroz justificou que compra e revende carros. Mas nem toda a explicação virá desse tipo de negócio. A defesa considerou infeliz sua frase de que é um cara de negócio, que faz dinheiro. Fonte: O Estado de S. Paulo.

Temer nega prorrogar contrato da Rodrimar com Porto de Santos. O presidente Michel Temer indeferiu recurso da Rodrimar, que pretendia derrubar uma decisão do Ministério dos Transportes e, assim, conseguir a prorrogação do contrato de arrendamento de área no Porto de Santos. Conforme mostrou o Estado em março, a empresa, alvo do investigação sobre um decreto de Temer, ingressou com pedido de prorrogação de seu contrato no porto com base na decisão do presidente. O chamado Decreto dos Portos foi editado em maio do ano passado por Temer, que também é alvo da investigação e foi denunciado pela Procuradoria-Geral da República neste mês. Na denúncia, a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, aponta pagamento de propina por dirigentes da empresa a pessoas ligadas ao presidente para favorecê-la no decreto, que prevê a renovação de contratos de arrendamento de área portuária por até 70 anos. A defesa de Temer afirma que a empresa não foi beneficiada pela medida. A Rodrimar, porém, diverge do entendimento do governo e disse se enquadrar nos critérios definidos pelo decreto. Alvo do inquérito que investiga o Decreto dos Portos, a Rodrimar pediu ao Ministério dos Transportes a recomposição do prazo do contrato, mas a pasta não atendeu ao pedido e decidiu relimitar a área. A empresa recorreu à Presidência; no entanto, o pedido foi negado. Procurada, a Rodrimar informou que não foi notificada formalmente sobre o despacho da Presidência, mas que analisará eventual recurso administrativo. Fonte: O Estado de S. Paulo.

Mariz renuncia à defesa de Temer por 'incompatibilidade legal e moral'. O criminalista Antônio Cláudio Mariz de Oliveira renunciou à defesa do presidente Michel Temer. A decisão foi tomada pelo famoso advogado em consonância com o presidente. Os dois vinham conversando já há algumas semanas e chegaram a um entendimento sobre a renúncia do advogado. Impedimento legal e ético é o motivo da saída de Mariz. Temer é alvo de três acusações formais da Procuradoria-Geral da República e de mais cinco inquéritos em curso na Polícia Federal. O impedimento surgiu a partir do momento em que foram arroladas testemunhas de acusação contra Temer que o próprio Mariz já havia defendido em outras ações. Uma delas é o doleiro Lúcio Funaro, delator do presidente. Fonte: O Estado de S. Paulo.

Deputados querem reajuste automático igual ao do Supremo. A campanha para a presidência da Câmara ressuscitou a polêmica sobre o aumento salarial dos deputados. Depois que ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) conseguiram elevar em 16,38% os seus vencimentos – que saltaram de R\$ 33,7 mil para R\$ 39,3 mil –, parlamentares engrossaram a cobrança pelo mesmo reajuste. Pela regra atual, o aumento da remuneração dos congressistas pode ser aprovado em 2019 e entrar em vigor no mesmo ano. Uma das propostas em tramitação há vários anos na Casa, que voltou ao debate por causa da disputa no Congresso, prevê que o presidente da República, o vice, ministros, senadores e deputados tenham vencimentos idênticos aos dos integrantes do Supremo. Adversário do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ) – que concorre à reeleição –, o deputado Fábio Ramalho (MDB-MG) defendeu o reajuste para seus pares. Maia também é simpático à ideia de unificar o teto salarial do Executivo, Legislativo e Judiciário. Para que isso ocorra, porém, a Câmara e o Senado precisam aprovar uma Proposta de Emenda à Constituição. Fonte: O Estado de S. Paulo.

PT prepara cronograma para a virada de ano em Curitiba com Lula. O PT preparou uma programação especial de eventos para o último dia de 2018, em apoio ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em Curitiba. A virada de ano com Lula terá um ato religioso e outro político, com a presença de petistas de todo o país. Caravanas foram organizadas para levar apoiadores ao Paraná, onde o petista está preso na sede da Polícia Federal. No cronograma previsto para 31 de dezembro, estão as tradicionais saudações de “bom dia”, “boa tarde” e “boa noite” ao petista e um ato com representantes das caravanas de todo o país que estarão em Curitiba. O PT organizou vaquinhas para bancar as viagens de apoiadores de Lula a Curitiba no réveillon. Também está previsto um ato religioso para às 20h e na sequência uma confraternização de final de ano. Fonte: Poder 360

Fachin homologa delação que cita propina a Renan Calheiros, diz jornal. O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Edson Fachin homologou no fim de novembro a delação premiada de Jorge Luz, lobista que teria relatado à PGR (Procuradoria Geral da República) o pagamento de propina ao senador Renan Calheiros (MDB-AL) e aliados. A informação é do jornal O Globo. Segundo a reportagem, o acordo envolve Luz e seu filho Bruno, também lobista, que atuavam na Petrobras e se relacionavam com políticos do MDB. Bruno, inclusive, teria sido autorizado a deixar a prisão da Polícia Federal em Curitiba, onde está preso, para passar o Natal em casa por conta da homologação. De acordo com a delação, os repasses eram feitos por Aníbal Gomes ou seu assessor Luís Carlos Batista

Sá. Eles representariam Calheiros nas negociações indicando contas no exterior onde o pagamento deveria ser depositado. Os valores seriam contrapartidas por contratos da diretoria Internacional da Petrobras, que estaria sob influência do MDB através do então diretor Nestor Cerveró. Fonte: Poder 360.

Governo de Transição

Festa da posse tem detalhes checados e tudo cronometrado para o dia 1º. Na véspera da posse do presidente eleito, Jair Bolsonaro, nesta terça-feira (1º), todos os detalhes foram checados e cronometrados. Um forte esquema de segurança está organizado. A festa em si começa no início da tarde com o deslocamento do presidente eleito, Jair Bolsonaro, e da primeira-dama Michelle em direção à Esplanada dos Ministérios. A cerimônia vai ser extensa e começa por volta das 14h, quando Bolsonaro e Michelle deixam a Granja do Torto rumo à Esplanada dos Ministérios. Pouco depois das 14h30, o presidente eleito e a primeira dama devem trocar de carro em frente à Catedral. Tradicionalmente, o desfile é feito em carro aberto, um Rolls-Royce, mas ainda não está definido se o percurso será feito nele ou em carro blindado. Pelo cronograma, o desfile do cortejo presidencial da Catedral até o Congresso ocorrerá às 14h45, com previsão de início da sessão solene de posse no Plenário da Câmara dos Deputados às 15h. Após o Congresso, Bolsonaro segue por volta das 16h para Palácio do Planalto, onde ele sobe a rampa e segue para o Parlatório onde o presidente Michel Temer transmite a faixa presidencial. Ainda no Planalto, o presidente eleito recebe os cumprimentos e nomeia sua equipe ministerial formada por 22 integrantes. Há a fotografia oficial em que o presidente eleito posa ao lado dos ministros nomeados. A previsão é que por volta das 19h Bolsonaro siga para em cortejo para o Itamaraty. A recepção deve seguir até 21h. Fonte: Agência Brasil

Novos ministros assumem cargo no dia 2. Na quarta (2) os 22 nomes confirmados para o primeiro escalão do futuro governo assumirão, em diferentes horários, o comando das pastas que comporão a Esplanada dos Ministérios a partir de 2019. As primeiras transmissões de cargos marcadas para as 9h serão, conjuntamente, dos novos ministros da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, do Gabinete de Segurança Institucional, General Augusto Heleno, da Secretaria de Governo, General Santos Cruz, e da Secretaria-Geral da Presidência, Gustavo Bebianno. Sergio Moro assumirá a Justiça e Segurança Pública também pela manhã. A pasta comandada pelo ex-juiz federal abarcará atribuições de áreas que, atualmente, estão distribuídas em outros Ministérios como o de Segurança Pública e Trabalho (registros sindicais). Ainda pela manhã, Marcos Pontes recebe o bastão das áreas de Ciência, Tecnologia e Inovação e do atual Ministério das Comunicações na Esplanada e o Almirante Bento Costa e Lima, o de Minas e Energia. A atual deputada Tereza Cristina, assume a Agricultura. Depois de um pronunciamento, a nova ministra já empossa os secretários da pasta. No período da tarde, ocorrem as transmissões de cargo de ministro da Cidadania e Ação Social para Osmar Terra e da Saúde para Luiz Mandetta. Três dos atuais ministros do governo Temer repassam suas atribuições a Paulo Guedes às 15h. O futuro Ministério da Economia abarcará funções que hoje são divididas entre Eduardo Guardia (Fazenda), Esteves Colnago (Planejamento, Desenvolvimento e Gestão) e Marcos Jorge (Indústria, Comércio Exterior e Serviços). A partir das 16h, assumem ainda Tarcísio Gomes de Freitas (Infraestrutura), General Fernando Azevedo (Defesa), Ricardo Vélez Rodriguez (Educação), Marcelo Álvaro Antônio (Turismo) e Damares Alves (Mulher, Família e Direitos Humanos). No fim do dia, o diplomata Ernesto Araújo toma posse na sede do Ministério de Relações Exteriores, em solenidade marcara para as 18h. Ainda há definições de horários em aberto, como é o caso das pastas do Meio Ambiente, a ser ocupada por Ricardo Salles, e do Desenvolvimento Regional, que terá o atual secretário executivo do Ministério da Integração Nacional, Gustavo Canuto, como ministro. Canuto administrará funções que hoje estão divididas entre os ministérios das Cidades e da Integração Nacional. Fonte: Agência Brasil.

Bolsonaro prevê "governo difícil" em 2019, mas diz que Brasil tem como vencer desafio. O presidente eleito Jair Bolsonaro previu na última sexta-feira (28) um "governo difícil" em 2019, mas afirmou que o Brasil tem potencial e "massa humana" para vencer este desafio. Ele deu essa declaração após um encontro com o premiê de Israel no Forte Copacabana, no Rio de Janeiro. No encontro com Netanyahu, Bolsonaro também afirmou que pretende visitar o Estado judeu até março do próximo ano e disse que espera firmar mais parcerias com Israel. "Pretendo, se Deus quiser, visitar Israel até março, onde iremos com uma comitiva... para tratar de questões como agricultura, tecnologia, piscicultura, segurança e Forças Armadas", disse ele. "Para o mais rápido possível pôr em prática essa parceria com Israel. Fonte: Reuters.

Netanyahu fala sobre mudança de embaixada para Jerusalém e benefícios da tecnologia israelense para o Brasil. O primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, disse no domingo (30) que o presidente eleito Jair Bolsonaro garantiu a mudança da embaixada brasileira para Jerusalém. A declaração foi feita durante um encontro com a comunidade judaica do Rio de Janeiro no Hotel Hilton em Copacabana. Mais cedo, Netanyahu se encontrou com jornalistas brasileiros para um briefing de sua visita. Ele destacou que o Brasil é o principal foco de Israel neste momento e que é importante estreitar relações com o país. O primeiro-ministro disse que conversou com Bolsonaro sobre os benefícios que a tecnologia israelense pode trazer ao Brasil, principalmente nas áreas de agricultura, gestão hídrica e

segurança. Nos próximos meses especialistas israelenses estarão no Brasil para mapear as necessidades brasileiras e avaliar possibilidades de parceiras econômicas. Fonte: Agência Brasil.

Bolsonaro garante apoio a profissionais da área de inteligência. O presidente eleito, Jair Bolsonaro, garantiu ontem (30) apoio aos profissionais do serviço de inteligência, "um dos mais importantes e sensíveis para a segurança da nação", disse em seu perfil no Twitter. De acordo com Bolsonaro, pela natureza discreta da atuação desses agentes, eles "raramente" são reconhecidos. Mas, "no que depender deste governo não faltará apoio e valorização para os profissionais da área!", escreveu. Fonte: Agência Brasil.

Com Bolsonaro, Pompeo tratará sobre Venezuela, Cuba e Nicarágua. O secretário de Estado norte-americano, Mike Pompeo, chega amanhã (31) a Brasília e fica na cidade até o dia 2 quando embarca para Cartagena, na Colômbia. Ele virá para a posse do presidente eleito, Jair Bolsonaro, e terá uma reunião exclusivamente sobre temas comuns aos Estados Unidos e Brasil. Na pauta, a situação política na Venezuela, Nicarágua e Cuba. "Os Estados Unidos trabalharão com o Brasil para apoiar os povos da Venezuela, Cuba e Nicarágua que lutam para viver em liberdade contra regimes repressivos. Nós acolhemos o compromisso do presidente eleito Bolsonaro de erguer-se contra tiranos", diz o comunicado do governo norte-americano. Fonte: Agência Brasil.

Bolsonaro diz que usará decreto para conceder posse de arma. A dois dias da posse, o presidente eleito, Jair Bolsonaro, reiterou no último sábado (29) que vai editar um decreto permitindo a posse de arma para quem não tem antecedentes criminais. A medida altera o Estatuto do Desarmamento. A afirmação foi feita via Twitter. Bolsonaro destacou na rede social a expressão "posse" diferentemente do porte, que permitiria trânsito e uso da arma em qualquer lugar. A posse contempla apenas a possibilidade de uma pessoa ter a arma dentro de casa ou em lugar específico, como o local de trabalho. Fonte: Agência Brasil.

De olho em cortes no 'Sistema S', Paulo Guedes escolhe presidente da Firjan para conselho do Sesi. O presidente da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira, será nomeado pelo presidente eleito Jair Bolsonaro para o comando do conselho nacional do Sesi. A informação foi confirmada ao blog Andréia Sadi pelo futuro ministro da Economia, Paulo Guedes. O nome de Eduardo Eugenio será confirmado nesta segunda-feira (31). Há duas semanas, Paulo Guedes defendeu, no Rio de Janeiro, cortes no chamado "Sistema S", que engloba, entre outros, organizações do setor produtivo, como Sesi, Senai e Sesc. As entidades desse sistema não são públicas, mas recebem repasses de verbas do governo federal. Após definir Eduardo Eugenio no comando do conselho do Sesi, Paulo Guedes voltou a defender em entrevista ao blog mudanças no "Sistema S". Fonte: G1 Notícias.

Futuro ministro da Infraestrutura anuncia secretaria de combate à corrupção. O futuro ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, anunciou neste sábado (29.dez.2018), por meio do Twitter, a criação da Subsecretaria de Governança e Integridade. Segundo ele, a secretaria será voltada especificamente para o combate à corrupção no setor de infraestrutura. Tarcísio Gomes de Freitas disse ainda que a secretaria, em parceria com a CGU (Controladoria Geral da União) e a PF (Polícia Federal), vai elaborar um protocolo para o processo seletivo de servidores, com a criação de um "banco de talentos". Fonte: Poder 360.

Governo quer fechar o cerco a sonegadores. O Ministério da Economia vai lançar logo no início do novo governo do presidente Jair Bolsonaro um programa de combate ao "sonegador profissional". O futuro secretário especial da Receita Federal, Marcos Cintra, antecipou ao Estadão/Broadcast que o programa vai fazer cerco aos devedores contumazes do Fisco, que usam brechas legais e a morosidade da Justiça para ficar devendo. Segundo Cintra, paralelamente será lançado o Programa de Desburocratização Tributária. Os dois programas são ações imediatas do ministério de Paulo Guedes para simplificar, combater a evasão e distribuir melhor a carga tributária. Cintra, que vai comandar também a elaboração da proposta de reforma tributária de Guedes, é contrário aos parcelamentos de débitos tributários, conhecidos com Refis. Algumas das medidas exigirão autorizações legislativas e, por isso, levarão mais tempo para serem implementadas. O foco inicial da equipe econômica será em ações para simplificar o dia a dia das pessoas e das empresas. Integrantes da equipe reconhecem que não será "nada muito bombástico", mas são medidas que aliviam a pressão sobre empresas e já pavimentam um caminho para propostas mais complexas, como a reforma da Previdência, que serão endereçadas a partir de fevereiro sob o novo Congresso. Até lá, a estratégia é fortalecer o diálogo com lideranças políticas. Fonte: O Estado de S. Paulo

Guedes prepara pacote de medidas para melhorar ambiente de negócios. Sem fechar consenso sobre a proposta de reforma da Previdência, Jair Bolsonaro vai concentrar os esforços dos primeiros dias de governo em medidas para melhorar o ambiente de negócios e animar o setor produtivo. Durante o mês de janeiro, a equipe do futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, pretende ampliar as ações de uma lei que entrou em vigor em setembro e que retira exigências cartoriais como autenticações de documentos e reconhecimento de firmas. A ideia é partir do princípio da boa intenção dos cidadãos para que documentos assinados tenham fé pública. Hoje, eles precisam estar registrados

com firmas reconhecidas. Posteriormente, será encaminhado ao Congresso um projeto prevendo alterações na lei, com punições para quem for pego na mentira ou fraudar documentos. Parte dessa revisão inclui agilizar prazos para abertura e encerramento de empresas, tudo para aliviar ao máximo a burocracia e os custos de operação para empresas. Os sistemas de comércio exterior também devem ser revistos e aprimorados, para acelerar os processos de importação e exportação. A meta é intensificar o uso da plataforma eletrônica em que as empresas inserem os documentos para queimar etapas da fiscalização aduaneira. Fonte: Folha de S. Paulo

Aprovação das reformas é o principal obstáculo no caminho do novo governo. O novo governo que toma posse na terça-feira chega cercado de expectativas na seara econômica. Para muitos analistas, com seus projetos reformistas e liberais, pode representar o caminho definitivo para o País deixar para trás uma recessão que ainda se faz sentir no dia a dia, pavimentando a estrada para a retomada de um ciclo de crescimento, enfim, sustentável. Nos nove artigos publicados nesta edição especial, analistas apontam os principais desafios que o governo de Jair Bolsonaro e seu ministro da Economia, Paulo Guedes, terão de enfrentar para que o País possa voltar aos trilhos. O diagnóstico é conhecido: é necessário fazer reformas, e a mais importante e urgente é a mudança da Previdência Social. Marcelo Caetano, secretário de Previdência do Ministério da Fazenda – e que fez da batalha pela aprovação da reforma a sua profissão de fé em seus dois anos e meio no cargo –, afirma que fazer essa mudança já não é mais uma escolha. O economista Gustavo Franco também faz questão de lembrar que a reforma da Previdência tem de puxar a fila, surgindo numa versão ainda mais ampla e elaborada que a tentada no governo de Michel Temer. Mas afirma também que é necessário ir muito além nessa rota de rearranjo do País. Fonte: O Estado de S. Paulo.

Indicações para cargos de segundo escalão estão deixando bancada do PSL inquieta. As indicações para cargos de segundo escalão estão deixando parte da bancada do PSL, o partido de Jair Bolsonaro, inquieta. Entre os nomeados estão filiados de legendas que fizeram oposição ao presidente eleito na campanha. Deputados do partido estão fazendo um mapeamento e pretendem reclamar com o futuro presidente. Eles creditam as nomeações a ministros que não estariam atentos à base parlamentar. Um dos exemplos citados é o do tucano Floriano Pesaro (PSDB-SP). Ele foi nomeado pelo ministro Osmar Terra, da Cidadania, para comandar a Secretaria Nacional de Assistência Social da pasta. Há uma convicção entre parlamentares de que o PSDB terá candidato próprio em 2022. Não faria sentido, portanto, dar espaço no governo a tucanos nem a legendas que poderão fazer oposição, em 2022, à campanha a um eventual candidato do grupo de Bolsonaro. Fonte: Folha de S. Paulo.

Aliados de Bolsonaro projetam oposição com até 157 deputados. Ex-parlamentares que vão atuar na articulação política do próximo governo dentro da Casa Civil dizem que o primeiro desafio de Bolsonaro será aprovar a medida provisória que cria a nova estrutura ministerial, redefinindo o número de pastas e suas funções. Esse grupo já espera uma reação forte da oposição contra a MP e, ao falar sobre essa expectativa, revela o que é considerado o núcleo duro da resistência ao presidente eleito no Congresso. Os aliados de Bolsonaro calculam que a oposição ao novo governo na Câmara pode chegar a até 157 deputados. Desses, 70 parlamentares estariam no que tem sido chamado de “oposição ferrenha”, composta por PT, PC do B e PSOL. Fonte: Folha de S. Paulo.

Após posse, Moro vai fazer revisão interna e fechar pacote de medidas legislativas. O futuro ministro da Justiça, Sergio Moro, vai usar os primeiros dias após sua posse para uma revisão interna, organizar secretarias e fechar o pacote de medidas legislativas que pretende apresentar ao Congresso. Com praticamente toda sua equipe já definida, o ex-juiz federal começará o ano com reuniões com os cem primeiros dias de governo. De início, a ideia é organizar as secretarias do ministério, incluindo a nova criada por ele, de Operações Integradas — a chefia ficará com Rosalvo Ferreira, ex-superintendente da Polícia Federal do Paraná. Paralelamente, uma parte da equipe estará focada em fazer uma grande revisão de normas para avaliar o que pode ser revogado. Moro deve concentrar a maior parte de seus esforços na conclusão de um pacote de medidas legislativas que ele quer enviar ao Congresso logo no início da nova legislatura, que começa em fevereiro. Ele se reunirá com técnicos para finalizar os projetos. Fonte: Folha de S. Paulo.

Futuro vice defende corte de impostos em aceno a empresários. O general da reserva Hamilton Mourão, que assumirá a Vice-Presidência da República com a posse de Jair Bolsonaro nesta terça (1º), sugere que o novo governo alivie a carga de impostos da indústria brasileira antes de submetê-la à abertura comercial proposta pelo futuro ministro da Economia, Paulo Guedes. Em entrevista à Folha, ele disse na sexta (28) que a reforma tributária é necessária para reduzir custos das empresas nacionais e ajudá-las a competir com produtos estrangeiros, cujas tarifas de importação serão reduzidas se Guedes levar adiante seus planos. Mourão abriu a agenda para empresários e dirigentes de associações setoriais durante os preparativos para a posse do novo governo. Encerrada a transição, ficou sem missão definida na estrutura do governo, mas manteve a disposição de atuar como interlocutor do meio empresarial. Fonte: Folha de S. Paulo.

Por empregos, é preciso queimar gordura, diz futuro secretário de Política Econômica. Futuro secretário de Política Econômica, Adolfo Sachsida, 46, foi um dos principais aliados de Jair Bolsonaro (PSL) durante a campanha. Tornou-se braço direito de Paulo Guedes quando este foi escolhido para comandar a Economia. Caberá a Sachsida

estruturar as medidas que o superministro da Economia levará adiante. Uma delas será a revisão das contribuições do Sistema S. Segundo o economista, não haverá comprometimento dos programas de capacitação e treinamento das entidades. Sachsida negou também que haja planos para extinguir o programa, mas disse que, em nome dos 25 milhões de desempregados e subempregados, todo o mundo terá de dar sua contribuição, inclusive o Sistema S. Fonte: Folha de S. Paulo.

Uso de 'golden share' deve ser descartado das privatizações de Bolsonaro. A ideia de usar ações especiais conhecidas como "golden share" no programa de privatizações do governo Jair Bolsonaro (PSL) está quase extinta. Ainda antes da eleição, a medida vinha sendo cogitada pela equipe do presidente eleito como forma de diminuir a resistência de parte dos aliados e militares, viabilizando o pacote de privatizações avaliado em R\$ 700 bilhões. Agora, depois de ter realizado as primeiras reuniões sobre o assunto e às vésperas da posse, o plano foi praticamente enterrado, de acordo com membros da equipe econômica. A "golden share" é uma ação exclusiva que o Estado pode reservar para si ao privatizar uma empresa pública. A avaliação de membros do governo é que o instrumento está ultrapassado e já causou problemas demais na transação entre Boeing e Embraer. Fonte: Folha de S. Paulo.

Reforma da Previdência deve ser apresentada após fevereiro, diz agência. A proposta de reforma da Previdência, considerada pelo presidente eleito Jair Bolsonaro e por seus principais aliados como prioridade do novo governo, só deverá ser enviada ao Congresso a partir de fevereiro, após o início das atividades parlamentares, informou à Reuters nesta sexta-feira (28) uma pessoa envolvida nas conversas sobre o projeto. Uma fonte da equipe econômica, que pediu anonimato, disse que a intenção é mandar um texto somente após a abertura dos trabalhos do Congresso, sob o argumento de que remeter a proposta antes disso poderia deixá-la exposta a mais questionamentos sem que pudesse avançar. Segundo a fonte a par das conversas e ligada à área política do governo, isso poderá ocorrer somente em março, após o Carnaval. Fonte: Folha de S. Paulo.

Último Foco

Paulo Guedes escolhe Caio Mario Paes de Andrade para presidir o Serpro. O futuro ministro da Economia a partir de 1º de janeiro de 2019, Paulo Guedes, escolheu o empresário Caio Mario Paes de Andrade para ser o diretor-presidente do Serpro (Serviço Federal de Processamento de Dados). Caio Mario substituirá a atual presidente do Serpro, Glória Guimarães. Para que o Serpro não sofra com a descontinuidade pela troca de comando –com a chegada de um presidente de fora do órgão –, deve ocupar o cargo equivalente a “vice-presidente” Wilson Coury, que tem décadas de experiência na estatal. Trata-se de uma fórmula que está sendo usada por Paulo Guedes para preencher algumas funções. O futuro ministro da Economia convida alguém que considera ter espírito inovador para cargos importantes, mas mantém ao lado algum profissional que conheça o histórico do órgão e possa garantir que a transição seja suave. A indicação de Caio Mario a Paulo Guedes foi feita pelo futuro secretário de Desburocratização, Gestão e Governo Digital (ex-Ministério do Planejamento), Paulo Uebel. Fonte: Poder 360.

Marcos Pontes negocia mais recursos com equipe econômica para o MCTIC. Em um ato simbólico de posse, realizado nesta sexta-feira, 28/12, Gilberto Kassab passou o ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para seu sucessor, o astronauta Marcos Pontes. E o novo ministro fez alertas: será preciso endereçar uma meta global de cortes nos cargos comissionados, mas ainda assim melhorar a gestão para alavancar a pesquisa e mostrar serviço para garantir recursos. Ele destacou, no entanto, algumas prioridades para a gestão da pasta, tendo como uma das principais a redução da burocracia para a atividade de pesquisa. Os pesquisadores gastam 36% do tempo com tarefas burocráticas”, lamentou o futuro ministro. “Precisamos resgatar o prestígio da ciência e da tecnologia. E penso muito em retorno dos investimentos”, emendou. De acordo com o futuro ministro, outra prioridade é dinheiro: a pasta opera hoje com um terço do orçamento que tinha há cinco anos. “Temos já trabalhado com a equipe econômica que está entrando a respeito das necessidades de recursos e do descontingenciamento do fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico, que é um trabalho contínuo. Mas o fato de mostrar resultados ajuda também a pleitear mais fundos para os projetos”, observou em entrevista. Fonte: Convergência Digital.

Júlio Semeghini é confirmado como secretário-executivo do MCTIC. Em uma cerimônia informal para marcar a troca de comando do Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, realizada nesta sexta-feira, 28/12, o futuro titular da pasta, Marcos Pontes, confirmou que o ex-deputado e ex-secretário de governo de São Paulo, Júlio Semeghini, será o secretário executivo do MCTIC. Segundo o novo ministro, o conhecimento de Semeghini sobre os temas de tecnologia será importante não apenas para tocar o ministério, mas para enfrentar temas pendentes e importantes. Em especial, os ajustes na Lei de Informática (8.248/91) exigidos pela Organização Mundial do Comércio. Segundo Marcos Pontes, outros nomes estão sendo confirmados para compor o secretariado do MCTIC e serão apresentados no dia da posse formal, em 2 de janeiro. A expectativa é que a nova gestão fará muitas mudanças no quadro atual, sendo que o próprio Pontes indicou que haverá mudanças na estrutura do ministério, mas os detalhes e os nomes de quem fica ou quem sai foram divulgados. Fonte: Convergência Digital.

Serviços de TI e de Telecom podem ser 100% terceirizados no Governo Federal. Os serviços de tecnologia da Informação e prestação de serviços de informação; teleatendimento e telecomunicações fazem parte dos serviços que serão preferencialmente objeto de execução indireta mediante contratação, ou seja, serviços terceirizados, de acordo com a portaria 443/2018, publicada nesta sexta-feira, 28/12. O normativo regulamenta o art. 2º do Decreto nº 9.507/2018 e aplica-se às contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional, às empresas públicas e às sociedades de economia mista controladas pela União. A Portaria apresenta uma lista exemplificativa dos serviços que podem ser terceirizados, sempre de caráter auxiliar, instrumental ou acessório. Caso haja outras atividades que não estejam contempladas nessa lista, elas poderão ser executadas de forma indireta, desde que observadas as vedações estabelecidas no art. 3º do Decreto nº 9.507/2018. Clique aqui e veja a íntegra da portaria 443. Fonte: Convergência Digital.

Instituições de apoio à ciência pedem sanção da lei dos fundos patrimoniais. Instituições de apoio à pesquisa e à ciência encaminharam neste sábado (29.dez.2018) uma carta ao presidente Michel Temer pedindo a sanção da lei que regulamenta a criação dos fundos patrimoniais. Caso não seja sancionada até 2ª feira (31.dez), caberá ao presidente eleito, Jair Bolsonaro (PSL), tomar a decisão. Formados a partir de doações de pessoas físicas e jurídicas, os fundos têm o objetivo de financiar projetos em diversas áreas, como educação, ciência, cultura, saúde e meio ambiente. O documento, encaminhado pelo presidente do Confies (Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica), Fernando Peregrino, diz que a proposta “é fruto de uma ampla negociação com o Congresso Nacional com o apoio de instituições do próprio governo de Temer”. O projeto é proveniente da medida provisória 851 (íntegra), assinada em setembro pelo governo após o incêndio que destruiu o Museu Nacional, no Rio de Janeiro. Aprovado em dezembro pelo Senado, o texto institui que os doadores poderão deduzir os valores da base de cálculo da CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) e do Imposto de Renda. O projeto é considerado pelas instituições 1 marco para o apoio privado a projetos e instituições de pesquisas. Fonte: Poder 360.

Estreia de Uber e Airbnb na Bolsa em 2019 põe economia compartilhada à prova. Uma década após chegarem ao mercado e se tornarem queridinhas do Vale do Silício, Uber, Airbnb e Lyft se preparam para fazer suas estreias na Bolsa de Valores em 2019. Mais do que uma operação para captação de recursos e retorno para os investidores iniciais, o movimento é visto por analistas como uma prova de fogo para a economia compartilhada, paradigma que fez essas empresas revolucionarem os mercados de transporte e de hotelaria. Ao propor negócios que prescindiam de ativos “pesados” – como uma frota de carros ou inúmeros quartos –, essas empresas transformaram indústrias tradicionais e alcançaram valores de mercado na casa de dezenas de bilhões (veja box ao lado). Porém, ao chegarem à Bolsa, terão de provar que são mais do que uma aposta de longo prazo, demonstrando lucros a cada trimestre e dando retorno aos acionistas. Fonte: O Estado de S. Paulo

Empresas terão até junho de 2019 para informar dados de beneficiário final. Empresas brasileiras com participação estrangeira terão até o fim de junho de 2019 informar à Receita Federal os dados de seus beneficiários finais –pessoa física que detém poder de mando ou 25% do capital social– situados no exterior. Novas empresas que iniciarem as atividades a partir de 2019 terão o prazo de 90 dias para fornecer as informações. Para empresas que já existiam antes da publicação, o prazo será de até 180 dias, contando a partir de do dia 1º de janeiro. A norma foi publicada no DOU (Diário Oficial da União) na última 6ª feira (28.dez.2018) e entra em vigor em 1º de janeiro. Eis a [íntegra](#). Fonte: Poder 360.

Ministério libera mais R\$ 70 milhões e Correios lançam selo em homenagem ao Sirius. No último ato de sua gestão à frente do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), Gilberto Kassab rendeu homenagem ao principal projeto da ciência brasileira, o acelerador de partículas Sirius. Neste sábado, ele visitou as instalações do equipamento, que recebeu um novo repasse de R\$ 70 milhões – a primeira fase do projeto foi inaugurada em novembro deste ano. Além disso, acompanhado do físico e diretor-geral do Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (CNPEM), Antonio José Roque, cientistas e autoridades, Kassab participou da cerimônia de obliteração de um selo comemorativo ao Sirius. O selo lançado pelos Correios celebra o lançamento do acelerador de luz síncrotron e está pronto para ser distribuído pela empresa pública. No ato, também foi empossado o novo diretor do Centro de Tecnologia da Informação (CTI) Renato Archer. O engenheiro Jorge Vicente Lopes da Silva afirmou que trabalhará em sua gestão com foco em setores como manufatura avançada e indústria 4.0. Gilberto Kassab ressaltou que a escolha do pesquisador se deu por meio de um comitê de buscas constituído na entidade. Fonte: ASCOM-MCTIC

Coaf realiza Avaliação Eletrônica de Conformidade (AVEC). O Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF, no exercício de sua competência de supervisionar os setores sob sua jurisdição em matéria de prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo (PLD/FT), vem aplicando instrumento de fiscalização denominado Avaliação Eletrônica de Conformidade (AVEC), junto aos seus regulados, desde 2015. A AVEC tem por propósito avaliar o grau de aderência da pessoa supervisionada pelo COAF, em relação às suas obrigações de PLD/FT. Ao responder a AVEC, a pessoa supervisionada recebe um feedback que lhe permite ter uma visão adequada quanto ao

grau de cumprimento de suas obrigações. Há casos em que a pessoa supervisionada pode receber uma recomendação com a indicação das ações corretivas necessárias para a completa adequação de seus procedimentos. A notificação do envio da AVEC é remetida ao e-mail registrado no Cadastro da pessoa supervisionada e também à conta da Pessoa Obrigada, no SISCOAF. Fonte: ASCOM-MF